

AUMENTAR O FINANCIAMENTO PARA A EDUCAÇÃO GLOBAL :

PROMESSAS AMBICIOSAS E CREDÍVEIS PARA ALCANÇAR UMA MUDANÇA SUSTENTÁVEL.

**Um boletim de informação para Parceiros em Países em
Desenvolvimento no Reaprovisionamento da Parceria Global para a
Educação**

Resumo

Ao dar acordo ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS4), e ao Quadro de Ação (QdA) Educação 2030 que o acompanha, os governos empenham-se em garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e uma aprendizagem ao longo da vida para todos, até 2030. Reconhecendo que a implementação desta agenda alargada vai exigir mais fundos para a educação, o QdA estabelece critérios de financiamento que comprometem os governos a gastar pelo menos 4 a 6% do PIB e 15 a 20% dos orçamentos gerais com a educação.

A próxima Conferência de Reaprovisionamento da Parceria Global para a Educação (PGE) é uma oportunidade-chave para os governos e doadores pugnam pelo aumento do seu financiamento da educação, em apoio da referida agenda. Na Conferência de Reaprovisionamento todos os governos dos países em desenvolvimento, os governos doadores, a sociedade civil, a profissão docente, fundações e o sector privado que fazem parte da PGE irão reunir-se para fazer promessas em relação à ronda de reaprovisionamento 2018-2020.

A Campanha Mundial pela Educação (CME) apela a todos os parceiros em países em desenvolvimento (DCP), doadores e instituições multilaterais a implementar a sua Chamada à Ação para aumentar o financiamento da educação global (ver anexo). Isto significa os doadores aumentarem a ajuda para o objectivo global de 0,7%, canalizando 30% dos seus fundos para o apoio dos esforços multilaterais para a educação, e ir ao encontro do objetivo de reaprovisionamento da PGE de USD 2000 milhões por ano até 2020. Os doadores devem também apoiar reformas aos sistemas fiscais nacionais dos DCP e devem desenvolver um organismo intergovernamental, globalmente inclusivo, com poderes e recursos para criar e fazer cumprir regras fiscais gerais justas.

Um relatório recente da Comissão Internacional sobre o Financiamento da Oportunidade de Educação Global estima que o financiamento para a educação em países de baixo e médio rendimento deve subir para USD 3,0 bilhões em 2030. É vital garantir que a Parceria Global para a Educação - a única parceria multilateral dedicada a conseguir que todas as crianças frequentem a escola para uma educação de qualidade - tenha fundos suficientes a partir de 2018.

A tarefa continua a ser urgente: 263 milhões de crianças e jovens em todo o mundo sem frequentar a escola, [\[1\]](#) uma acentuada lacuna no financiamento, e a necessidade de fornecer uma educação de qualidade para todos. Os países da PGE têm cerca de 870 milhões de crianças e jovens, e 78% das crianças em todo o mundo que não frequentam a escola. [\[2\]](#)

Os Parceiros em Países em Desenvolvimento (DCP) têm um papel único a desempenhar na Conferência de Reaprovisionamento. Eles devem fazer promessas de gastos para aumentar a sua parcela nos orçamentos nacionais e no PIB dedicados à educação. Estas promessas devem ser profundas, mas também realistas, credíveis e monitorizáveis - devem ser compromissos que os governos tenham a intenção de cumprir plenamente e pelos quais outros os possam responsabilizar.

Especificamente, os DCP devem aumentar:

- A **parcela** do orçamento destinada à educação, atribuindo pelo menos 20% dos seus orçamentos nacionais, ou pelo menos 6% do respectivo PIB
- A **extensão** do orçamento, o que significa obter mais receitas fiscais para aumentar os recursos internos disponíveis para a educação
- A **sensibilidade** do orçamento, garantindo que apoia os mais marginalizados e aborda a desigualdade
- O **escrutínio** cidadão do orçamento da educação, o que significa promover a transparência do orçamento, a prestação de contas e a participação.

Durante a Conferência de Reaprovisionamento de 2014, os DCP demonstraram ambição e uma clara liderança. Ao todo, 33 países prometeram USD 26 mil milhões, ultrapassando todas as expectativas, e correspondeu a dez vezes mais do que a quantidade que os doadores prometeram. Porém, uma análise recente da CME sugere que muitos países continuam fora dos carris no que respeita ao cumprimento das promessas de despesas que fizeram em 2014, [\[3\]](#) e não é claro o progresso em muitos países devido à falta de um processo "credível" de promessa de base.

Nesta Conferência de Reaprovisionamento, a CME apela aos DCP para que liderem o caminho de novo - desta vez, não só aumentando o nível de ambição, mas também comprometendo-se a garantir que são capazes de mostrar o progresso, anualmente, durante a vida útil da promessa .

Há quatro maneiras de melhorar as promessas de gastos na PGE em relação à sessão anterior, em 2014. As promessas devem ser:

- **Ambiciosas.** Os países devem apresentar promessas de gastos com uma maior parcela do PIB e dos orçamentos nacionais destinada a gastos com a educação.

- **Claras.** Os valores devem ser referidos com clareza pelo Governos, e devem ser coerentes com os documentos nacionais de planeamento.
- **Oficiais.** Os valores das promessas citadas pelos governos devem ser formais, assinados pelo governo como parte de um processo de planeamento acordado.
- **Abertas ao escrutínio.** As promessas devem promover o escrutínio público e parlamentar relativamente aos progressos dos gastos com educação e devem promover a prestação de contas.
- **Financiáveis.** Os governos deverão informar qual a origem dos recursos adicionais, principalmente os de aumento de receitas fiscais.

Este ano, a comunidade global tem uma oportunidade importante de reverter as tendências globais do financiamento da educação básica e de ir ao encontro das necessidades de financiamento da educação em alguns dos países mais pobres do mundo, com o maior número de indivíduos sem escolaridade. Não devemos deixar passar essa oportunidade: o momento para financiar o futuro é agora.

Introdução

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4) e o Quadro de Ação (QdA) Educação 2030 que o acompanha, contém os compromissos coletivos para garantir qualidade inclusiva e equitativa e a aprendizagem ao longo da vida para todos, até 2030. Em reconhecimento de que a implementação desta agenda alargada vai exigir mais fundos para a educação, o QdA estabelece critérios de financiamento que comprometem os governos a gastar pelo menos 4-6% do PIB e 15-20% dos orçamentos totais com a educação. Além disso, para tratar de questões de qualidade e equidade no campo da educação, o QdA reconhece que há uma necessidade de maior eficiência, de gastos mais bem orientados e responsabilidade acrescida.

A próxima Conferência de Reaprovisionamento da Parceria Global para a Educação (PGE) é uma oportunidade-chave para governos e doadores pugnam pelo aumento do seu financiamento da educação em apoio à referida agenda. Especificamente, a Campanha Mundial pela Educação (CME) apela a todos os parceiros da PGE para que cumpram as metas de reaprovisionamento da PGE (ver Quadro 1).

A tarefa continua a ser urgente. Há 263 milhões de crianças e jovens sem frequentar a escola [4] enquanto pelo menos 250 milhões de crianças em idade escolar, (mais de 50% das quais passaram pelo menos quatro anos na escola), não sabem ler, escrever ou contar suficientemente bem para corresponderem aos padrões mínimos de aprendizagem. [5] Assim, muitos milhões de crianças que estão na escola não estão simplesmente a ter acesso a uma educação *de qualidade*. Muitas crianças estão a aprender em escolas com muito poucos professores e em salas de aula inadequadas, ou com infraestrutura inadequadas, tais como instalações sanitárias; isso contribui para altas taxas de abandono e resultados de aprendizagem pobres. Há grupos que claramente enfrentam discriminação e desvantagem na educação, tais como crianças portadoras de deficiência, raparigas, grupos minoritários, pessoas afectadas por conflitos, e filhos de trabalhadores migrantes / nómadas.

A Parceria Global para a Educação está ela própria a promover a aproximação dos 65 Parceiros em Países em Desenvolvimento (PCD) exigindo-lhes que façam promessas para aumentar a parcela do orçamento nacional dedicada à educação. Conseguir aumentar a parcela do orçamento da educação para 20% continua a ser uma parte essencial do 'Quadro de Resultados' da PGE. Esses compromissos devem ser profundos, mas também realistas, credíveis e monitorizáveis - devem ser compromissos que os governos tenham a intenção de cumprir plenamente e pelos quais possam ser responsabilizados. Esta informação descreve por quê e como tal pode ser conseguido.

Caixa 1. O Direito à Educação e o papel da Parceria Global para a Educação, no ODS4

O direito à educação faz parte de numerosos tratados internacionais e da maioria das Constituições. Em 2015, Chefes de Estado de todo o mundo concordaram com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma agenda que tem como objetivo garantir direitos humanos para todos. Tal como os direitos humanos, também os objetivos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Ao acordar com esta agenda, os governos comprometem-se a alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS4) para garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover uma aprendizagem ao longo da vida para todos, até 2030. Este compromisso foi assumido porque cada rapariga, rapaz, adolescente e adulto tem o direito a uma

educação de qualidade: é o direito que proporciona todos os outros direitos, e sustenta toda a agenda 2030. Este compromisso deve agora ser cumprido.

A Parceria Global para a Educação (PGE) é uma parceria com várias partes interessadas e uma plataforma de financiamento que galvaniza o apoio nacional e global para a educação nos países em desenvolvimento, concentrando-se nas crianças e jovens mais pobres e vulneráveis. A PGE 2020, o plano estratégico da parceria para 2016-2020, alinha a visão e missão da PGE com o ODS4.

Esta ronda de reaprovisionamento visa explicitamente apoiar 89 países de baixo e médio-baixo rendimento para ajudar a apoiar os seus esforços para alcançar o ODS4. A PGE concentra os seus esforços onde são maiores as necessidades provenientes da pobreza e da educação. Estes 89 países são agora elegíveis para financiamento da PGE, e correspondem a 870 milhões de crianças e jovens em idade escolar, dos quais 78% de crianças em todo o mundo que não frequentam a escola.

A lacuna no financiamento

Em média, os países de baixo rendimento atribuíram 16,7% dos seus orçamentos nacionais à educação, em 2014 (últimos dados disponíveis), enquanto que os países da África subsaariana atribuem 16,6% e no Sul da Ásia 15,3%. [6] Enquanto alguns países atribuem mais de 20%, a maioria não o faz, muitos estão muito atrás.

A UNESCO estima que os gastos do governo com a educação nos países de baixo rendimento terão que aumentar em 50% como proporção do PIB até 2030. [7] Um relatório recente da Comissão Internacional sobre Oportunidades de Financiamento da Educação Global estima que o financiamento para a educação em países de baixo e médio rendimento deveria aumentar de forma constante em relação aos atuais USD 1,2 biliões para USD 3,0 biliões, em 2030. Isso requer uma taxa média de crescimento anual em despesas com educação de 7%. Para os países de baixo rendimento especificamente, os gastos devem aumentar maciçamente - na verdade, deveriam quadruplicar - a partir do nível atual de cerca de USD 25 mil milhões para USD 102 mil milhões, até 2030. [8] A Comissão faz notar que 97% desses recursos devem vir de fontes domésticas, sendo a ajuda externa composta por apenas 3%.

Falhar no cumprimento destas metas produzirá grandes impactos. A Comissão estima que, se as tendências atuais se mantiverem, em 2030 apenas quatro em cada dez crianças em idade escolar em países de baixo e médio rendimento vão estar no bom caminho para ganhar competências básicas de nível secundário. Em países de baixo rendimento, apenas uma em cada dez vai estar no bom caminho. [9]

Também a ajuda deve aumentar. Mesmo com um aumento da despesa pública interna, a UNESCO estima que o défice de financiamento para garantir uma boa educação universal de qualidade (desde o pré-escolar até ao nível secundário) em países de baixo rendimento será de USD 10,600 milhões por ano, em média, entre 2015 e 2030. [10] Este corresponde a mais de quatro vezes os atuais de USD 2.300 milhões por ano, garantidos por doadores oficiais. A ajuda à educação está em níveis historicamente baixos: em 2014, o nível estava 8% mais baixo do que o seu pico, em 2010. [11]

Como preencher esta lacuna no financiamento

Os governos podem e devem aumentar os recursos atribuídos à educação, e garantir que o financiamento seja gasto de forma equitativa e eficaz para garantir o direito a uma educação gratuita e de qualidade. Três áreas são fundamentais para alcançar este objectivo.

Aumentar a despesa orçamental

A Parceria Global para a Educação estabeleceu algumas metas de financiamento específicas para a Conferência de Reaprovisionamento: pede aos países doadores contribuições numa ordem de valor de USD 3.100 milhões ao longo de três anos; aos governos de países em desenvolvimento pede para destinarem 20% dos seus orçamentos nacionais à educação; e às fundações filantrópicas e aos doadores do sector privado pede para intensificarem as suas contribuições direccionadas. [\[12\]](#)

Os DCP devem fazer promessas criteriosas e credíveis para aumentar as despesas com a educação para chegar pelo menos a 20% das despesas gerais do governo e de 6% do PIB, até 2020. [\[13\]](#) Como referido acima, a maioria dos governos estão a despende muito abaixo do mencionado e não possuem um plano formal para alcançar esta meta, apesar de a maioria deles se terem formalmente comprometido com ela em 2015 na *Declaração de Incheon e no Quadro de Ação Educação 2030*. [\[14\]](#)

'Estamos determinados a aumentar os gastos com a educação pública, de acordo com o contexto do país, e apelamos a que adiram aos padrões internacionais e regionais de atribuição eficiente de pelo menos 4 a 6% do Produto Interno Bruto e/ou de pelo menos 15 a 20% do total das despesas públicas com a educação Os países menos desenvolvidos precisam de alcançar ou exceder o nível superior destes valores de referência para atingirem as metas estabelecidas neste quadro'.

Declaração de Incheon e Quadro de Ação [\[15\]](#)

Expandir a base fiscal

É possível encontrar recursos internos para financiar estes gastos extra com a educação. Os DCP devem expandir a sua base fiscal de formas progressivas para garantir que arrecadam pelo menos 20% do PIB em receitas fiscais. Atualmente, os países de baixo rendimento, arrecadam em média cerca de 16%, comparado com cerca de 33% nos países da OCDE. [\[16\]](#) As Nações Unidas observaram que os países em desenvolvimento precisam de alcançar os 20% para atender à prestação de serviços básicos. [\[17\]](#)

Os países podem expandir a sua base fiscal de várias maneiras. Podem, por exemplo:

- Aumentar a eficiência das suas administrações fiscais
- Abolir incentivos fiscais prejudiciais oferecidos às empresas

- Reduzir / eliminar a evasão e fraude fiscal por parte de empresas multinacionais
- Formalizar pelo menos partes do sector informal, para garantir que aqueles que devem pagar impostos o façam.

Conseguir fontes internas de financiamento através da tributação tem benefícios importantes. A tributação oferece um antídoto para a dependência dos países em desenvolvimento da ajuda externa e fornece a fiabilidade e sustentabilidade fiscal necessárias para promover o crescimento. Fortalece o funcionamento eficaz do Estado e reforça o contrato social entre governos e cidadãos. O processo de tributação ajuda também a construir estados eficazes e responsáveis, visto que as reformas que começam na administração fiscal pode espalhar-se a outras partes do sector público. [\[18\]](#)

O financiamento que vem da ajuda é muitas vezes de curto prazo e imprevisível, mas mudanças nos gastos do governo podem gerar recursos previsíveis a longo prazo. Isto é particularmente importante para a educação, em relação a outros investimentos, pois muitos dos retornos do investimento em educação aumentam a longo prazo (8 a 10 ou 15 anos), necessitando por isso de um compromisso estável e sustentado.

Os doadores e as instituições multilaterais têm também um papel fundamental a desempenhar. São necessários esforços adicionais para apoiar as reformas dos sistemas fiscais nacionais dos DCP e desenvolver um organismo intergovernamental globalmente inclusivo com poderes e recursos para definir e fazer cumprir regras fiscais gerais justas.

Prioritizar a alocação e despesa orçamental sensível bem como o escrutínio orçamental

Os países devem gastar os recursos da educação com cuidado, de forma a aumentar a equidade e a apoiar os grupos mais marginalizados, inclusivamente através de uma orçamentação que tenha em conta o género. Em alguns países há também uma necessidade urgente de reformar ou reconstruir as capacidades de gestão das finanças públicas para assegurar que os fundos são alocados e gastos eficazmente. Em particular, há uma necessidade de aumentar a **participação, tamanho, sensibilidade e análise dos orçamentos e gastos em educação.**

- Aumentar a **quota** do orçamento para a educação significa que os países têm que atribuir pelo menos 20% dos seus orçamentos nacionais, ou pelo menos 6% do seu PIB, ao sector da educação.
- Aumentar a **extensão** do orçamento significa um aumento das receitas fiscais para aumentar os recursos internos disponíveis para a educação.
- Aumentar a **sensibilidade** do orçamento significa analisar os gastos no sector da educação através de uma lente de equidade, garantindo que o orçamento apoia os mais marginalizados, e que funciona para ajudar a combater a discriminação, a desigualdade e a melhorar o acesso à educação de qualidade para todos.
- Aumentar o **escrutínio** dos cidadãos sobre o orçamento da educação significa promover a transparência, responsabilização e participação no orçamento, incluindo processos como o controlo de orçamento participativo.

Há uma necessidade essencial de centrar as despesas em educação na melhoria da equidade. Aqueles que não têm uma educação de qualidade são quase sempre provenientes das fileiras dos mais pobres, mais marginalizados e dos grupos mais difícil de alcançar. Por exemplo, os mais pobres têm uma probabilidade cinco vezes menor de completar um ciclo completo de educação primária do que os mais ricos no mundo em desenvolvimento e, de acordo com uma estimativa, apenas 5% de todas as crianças portadoras de deficiência em todo o mundo concluíram o ensino primário. [19] As raparigas constituem a maior parte das crianças (53%) que não frequentam a escola primária [20] e a maioria (cerca de 66%) das crianças que nunca se inscreverão na escola. [21]

Os governos devem estar também abertos a permitir - e defender - que os grupos da sociedade civil verifiquem os gastos com a educação e a garantir a responsabilização nos processos orçamentais, influenciando a tomada de decisões, de forma a que os orçamentos sejam mais relevantes e adequados às necessidades. Os governos que procuram melhorar os gastos com a educação devem incentivar as campanhas para fazer ouvir as vozes marginalizadas, fazer acompanhamento do dinheiro e garantir que chega aos beneficiários pretendidos, fazendo soar o alarme se tal não acontecer. [22]

A oportunidade em 2017

'O reaprovisionamento da PGE é, em muitos aspectos, um momento histórico crucial em que o curso da Educação global pode mudar drasticamente para benefício de todo o mundo. Nós instamos os países em desenvolvimento, doadores e o sector privado a trabalhar connosco e fazer o que é necessário para aproveitar este momento e apoiar as crianças do mundo.' [23]

Parceria Global para a Educação

Este ano apresenta uma oportunidade única para responsabilizar os governos pelo cumprimento dos seus compromissos de garantir uma educação de qualidade e equitativa, e a aprendizagem ao longo da vida para todos. Encontrar os recursos adicionais tão necessários para a educação é crucial para tal. A conferência de reaprovisionamento da Parceria Global para a Educação é, ela própria, uma oportunidade de ouro e pode criar um impulso fundamental para realmente operacionalizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Há uma oportunidade de pôr em prática as mudanças necessárias para que o mundo consiga a realização do ODS4, assim como o cumprimento dos compromissos da Declaração de Incheon e do Quadro de Ação Educação 2030. [24]

Ao mesmo tempo, há cada vez mais solicitações junto dos países em desenvolvimento para atingirem a meta de alocar 20% dos orçamentos nacionais à educação. Outras iniciativas estão a dar à educação uma importância nunca antes vista. Além disso, os organismos dos tratados de direitos humanos estão, cada vez mais, a defender junto dos Governos e da comunidade internacional a intensificação da sua alocação de recursos para a educação pública. [25]

Aprender com a última conferência de reaprovisionamento da PGE

Em junho de 2014, os governos dos países em desenvolvimento fizeram várias promessas de gastos com a educação na Segunda Conferência de Reaprovisionamento da PGE, em Bruxelas. [26] Cerca de 33 países em desenvolvimento assumiram compromissos concretos para manter

ou, mais frequentemente, aumentar, os seus gastos com a educação. As promessas típicas foram de aumentar a proporção do orçamento nacional ou do PIB nacional destinado à educação. Muitas dessas promessas superaram as expectativas, chegando a mais de USD 26 mil milhões.

No entanto, três anos depois, a maioria dos governos não estão a cumprir as suas promessas de 2014. Além disso, houve problemas com o processo de promessas, que precisa de ser tornado mais claro e rastreável.

O progresso em relação às promessas

Action Aid analisou recentemente as dotações orçamentais para a educação dos 33 países que fizeram promessas para a PGE em 2014, para avaliar se estão a cumprir os seus compromissos. A pesquisa investigou os números citados pela PGE em 2014, consultou as estatísticas oficiais de gastos da UNESCO e, na maioria dos casos, analisou dados do governo publicamente disponíveis on-line (geralmente dos Ministérios das Finanças) ou então consultou o Observatório das Despesas Governamentais. Constatou-se que:

- Dos 33 países analisados, somente 4 (12%) estão a cumprir as suas promessas, enquanto 19 (58%) não estão a cumprir o objetivo. Em 10 casos a situação não é clara (porque o orçamento do governo não está disponível ou porque os números são contraditórios).
- Os quatro países que estão no caminho certo são o Gana, a Libéria, [\[27\]](#) o Vietnã e o Zimbábue.
- Um país, o Paquistão, foi responsável por mais de um terço da promessa de USD 26 mil milhões, prometendo duplicar os gastos com a educação, em proporção do PIB, no entanto, o Paquistão está muito longe desse compromisso e, segundo algumas estimativas, não está de modo algum a aumentar os gastos com a educação.

Problemas com o processo de promessa

Os critérios e processo para as promessas de 2014, feitas pelos países em desenvolvimento, não foram muito estritamente definidas. As promessas de despesas feitas pelos Governos precisam de ser rastreáveis, mas as feitas à PGE em 2014 não o foram uma vez que não está claro que fonte foi utilizada para os valores de referência dados. Por exemplo, a promessa feita pelo Burundi em 2014 foi de manter os gastos com a educação em 34,7% do orçamento nacional. No entanto, não se pôde verificar de onde vem esse número, e o documento de promessa 2014 não fornece fontes. De acordo com os dados da UNESCO, o Burundi alocou 17,2% do seu orçamento de despesas públicas à educação, um número muito inferior ao da promessa de 2014.

Por vezes, há também grandes discrepâncias entre os números relativos a despesas nacionais citados em diferentes fontes. Por exemplo, os números da promessa de 2014 eram frequentemente muito diferentes dos citados pela UNESCO para o mesmo ano. Além disso, os valores de referência fornecidos pelos governos em 2014 eram frequentemente muito diferente dos apresentados nos orçamentos nacionais.

Estes problemas destacaram a necessidade de os compromissos assumidos em 2017 serem mais credíveis e de haver maior clareza e rastreabilidade sobre eles.

Recomendações para melhorar as promessas para a próxima conferência

Acreditamos que existem quatro maneiras de melhorar as promessas.

Torná-las ambiciosas

Os países devem comprometer-se com um aumento de longo alcance, mas realista, nos gastos com a educação. É importante que todos os países apresentem promessas de gastos para:

- Aumentar a proporção do PIB atribuída a gastos com educação
- Aumentar a proporção do orçamento nacional atribuído à educação

Os países devem prometer avanços no sentido de atingir os objectivos-chave de 20% dos orçamentos nacionais e 6% do PIB em 2020. Se eles não especificarem tais metas, devem indicar o motivo.

Os países que já cumprirem estas metas devem também indicar nas suas promessas de gastos como planeiam manter ou aumentar esses níveis.

Torná-las claras

Há uma necessidade específica de clareza em relação aos valores de referência (ou seja, correntes) citados pelos Governos para os seus níveis de despesa.

- Esses números precisam de ser claramente referenciados pelos Governos, declarando a sua origem, idealmente fornecendo uma referência com um endereço web.
- Não será suficiente apresentar unicamente um montante, sem fornecer uma fonte: isso iria repetir os problemas da conferência de promessa de contribuições anterior.
- Também não será suficiente afirmar vagamente qual é a fonte como, por exemplo, 'Ministério da Educação'.
- É necessário fornecer detalhes sobre as fontes, tal como o título da publicação ou referência a um documento interno específico.

Os valores indicados pelos governos devem ser consistentes com dados disponíveis em outros lugares, designadamente os documentos de despesa do governo. Portanto, é provável que os valores estejam contidos no processo formal do orçamento anual. Quando houver divergências, os governos devem indicar a razão.

Os valores das promessas feitas para gastos *futuros* também devem ser consistentes com os documentos de despesa do governo. Quando houver divergências, os governos devem indicar a razão. Por exemplo, se um governo está a prometer à PGE alcançar 20% até 2020, mas o seu orçamento de médio prazo alocar apenas 17%, o governo deve explicar esta discrepância.

Os números apresentados na promessa devem especificar em que ano a meta vai ser cumprida, e pode ser útil fornecer metas intermédias.

Torná-las oficiais

Os valores das promessas feitas pelos governos devem ser formais, por exemplo, terem sido confirmados pelo Ministro das Finanças, Chefe de Estado, Parlamento nacional ou nos processos de orçamento. Os governos devem deixar claro qual o status das suas promessas e como foram confirmadas/assinadas no planeamento do governo.

Os valores da promessa precisam de ser parte de um processo claro e credível que valida a seriedade da promessa de contribuição. Os valores precisam de ser acordados em níveis superiores do governo e incorporados nos processos de planeamento. Pode ser útil os governos fornecerem detalhes sobre como chegaram ao valor das suas promessas.

Os governos poderiam apresentar um breve relatório anual sobre o progresso em relação ao cumprimento das suas promessas. Tal compromisso claro para monitorizar anualmente os gastos em relação às promessas, iria melhorar a qualidade dos dados e facilitar o escrutínio independente.

Torná-las abertas a um maior escrutínio

Apresentar uma promessa claramente referenciada, acordada formalmente pelos governos, com uma atualização de progresso anual, irá melhorar o controlo parlamentar e público sobre o progresso em relação aos gastos com a educação.

Os governos devem comprometer-se a permitir um maior controlo dos gastos com a educação, tornando os orçamentos de educação mais abertos e transparentes, permitindo que os atores da sociedade civil e outros possam controlar os orçamentos e monitorizar os gastos e desempenho, evitando a má utilização e expondo a corrupção.

Se as promessas feitas pelos governos derivam de documentos disponíveis apenas internamente, o governo deve torná-los públicos.

Torná-las financiáveis

As promessas podem ser financiáveis se for especificado de onde podem vir os recursos adicionais, principalmente do aumento das receitas fiscais. Para esse fim, os governos devem ser encorajados a fazer promessas tendo em conta como planeiam conseguir as receitas fiscais adicionais para alocar à educação, e comprometer-se a aumentar o rácio imposto / PIB para financiar cada vez mais a educação. Podem fazê-lo, por exemplo:

- Acabando com os incentivos fiscais prejudiciais e realocando uma parte destes recursos adicionais à educação
- Lançando novos impostos com afetação específica - onde as alocações fiscais existentes para a educação são referenciadas e mantidas de forma clara para que os impostos de afetação específica criem verdadeiramente novas receitas destinadas à educação.

Fazer estes compromissos significa apresentar valores de referência para os rácios impostos / PIB e a parte de despesas fiscais suportadas pelos Governos.

Os doadores bilaterais também devem aumentar a APD para a meta de 0,7% no geral, utilizar pelo menos 30% da sua ajuda à educação para apoiar esforços multilaterais (como a PGE e a Educação Não Pode Esperar), e garantir que apoiam os países e populações mais necessitadas. São necessários esforços adicionais para apoiar as reformas dos sistemas fiscais nacionais e desenvolver um organismo intergovernamental globalmente inclusivo, com poderes e recursos para criar e fazer cumprir regras fiscais gerais justas.

- [1] Relatório de Monitorização da Educação Global e Instituto de Estatística da UNESCO . As referências a este documento de política podem ser consultadas aqui: POLICY PAPER 27 / FACT SHEET 37 *não deixar ninguém para trás: Onde estamos no caminho para o ensino primário e secundário universal?*
<https://en.unesco.org/gem-report/sites/gemreport/files/LeavingNoOneBehindReference.pdf>
- [2] Caso para o Investimento PGE
- [3] in 2014. Dos 33 países que fizeram promessas, apenas quatro as estão a cumprir, e 19 estão fora dos carris. Em 10 casos, a situação não é clara (porque não está disponível o orçamento do governo ou porque os números disponíveis são contraditórios).
- [4] UNESCO, 'Não deixar ninguém para trás: Onde estamos no caminho para o ensino primário e secundário universal??' Policy Paper 27, Fact Sheet 27, 2016, <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002452/245238E.pdf>
- [5] UNESCO et al, *Educação 2030: Declaração de Incheon e Quadro de Ação*, 2015, parág. 29 (versão inglesa), <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/incheon-framework-for-action-en.pdf>
- [6] UNESCO, *Relatório de Monitorização da Educação Global 2016*, p.346, (versão inglesa)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245752e.pdf>
- [7] UNESCO, 'Pricing the right to education: The cost of reaching new targets by 2030', Policy Paper 18, July 2015, <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002321/232197E.pdf>
- [8] Comissão Internacional sobre o Financiamento da Oportunidade de Educação Global, *The Learning Generation: Investing in Education for a Changing World*, 2016, pp.3, 21, <http://report.educationcommission.org/downloads/>
- [9] *Ibid.*
- [10] UNESCO, *Relatório de Monitorização da Educação Global 2015*, p.297, (versão inglesa)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002322/232205e.pdf>
- [11] UNESCO, *Relatório de Monitorização da Educação Global 2016*, p.xix, (versão inglesa)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245752e.pdf>
- [12] 'Reaprovisionamento PGE 2020: Uma campanha para garantir a educação para 870 milhões de crianças', <http://www.globalpartnership.org/blog/gpe-replenishment-2020-campaign-secure-education-870-million-children>
- [13] UNESCO et al, *Educação 2030: Declaração de Incheon e Quadro de Ação*, 2015, <http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/incheon-framework-for-action-en.pdf>
- [14] *Ibid.*
- [15] UNESCO et al, *Educação 2030: Declaração de Incheon e Quadro de Ação*, 2015, parág. 14, 105, (versão inglesa)
<http://www.uis.unesco.org/Education/Documents/incheon-framework-for-action-en.pdf>
- [16] ActionAid, *Domestic Tax and Education*, 2016, p.11,
www.actionaid.org/sites/files/actionaid/domestic_tax_and_education_final_report.pdf
- [17] Gregory De Paepe and Ben Dickinson, 'Tax revenues as a motor for sustainable development', 2014, p.92,
http://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2014/tax-revenues-as-a-motor-for-sustainable-development_dcr-2014-11-en;jsessionid=d50b43nrr0b79.x-oecd-live-02 O objetivo era conseguir alcançar os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio nos serviços básicos
- [18] *Ibid.*
- [19] Campanha Global pela Educação, *O Financiamento é importante: Um kit de ferramentas para o financiamento doméstico para a Educação*, 2016, p.21, (versão inglesa)
http://www.campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing_Matters_EN_WEB.pdf
- [20] UNESCO, *Relatório de Monitorização da Educação Global 2016: revisão de Género*, p.15, (versão inglesa)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002460/246045e.pdf>
- [21] UNESCO, *Relatório de Monitorização da Educação Global 2016*, p.180, (versão inglesa)
<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002457/245752e.pdf>
- [22] Campanha Global pela Educação, *O Financiamento é importante: Um kit de ferramentas para o financiamento doméstico para a Educação*, 2016, p.105, (versão inglesa)
http://www.campaignforeducation.org/docs/resources/GCE%20Financing_Matters_EN_WEB.pdf
- [23] 'Reaprovisionamento PGE 2020: Uma campanha para garantir a educação para 870 milhões de crianças', <http://www.globalpartnership.org/blog/gpe-replenishment-2020-campaign-secure-education-870-million-children>
- [24] UNESCO et al.(2015) 'Educação 2030. Declaração de Incheon e Quadro de Ação: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, e aprendizagem ao longo da vida para todos'.

[25] Ver, por exemplo, "Usando direitos na prática", <http://www.right-to-education.org/page/using-rights-practice>

[26] <http://www.globalpartnership.org/content/pledge-report-gpe-replenishment-conference-june-2014>

[27] Os números do governo (base de referência PGE), mostraram que a Libéria atribuiu apenas 10,3% do orçamento à educação (USD 65.6m) em 2014 e 13,5% em 2015/16 (USD 83.9m) - um aumento de 28%. O orçamento 2016/17 atribui 15,6% (\$ 93.7m) à educação. A Libéria comprometeu-se com o seguinte na conferência de promessa de contribuições 2014: 1. Estabelecer a integridade dos pagamentos de salários de professores para reduzir ineficiências. 2. Utilizar os recursos economizados para a educação básica, aumentar o financiamento interno da educação em c. 3% nos próximos 2-3 anos. [A PGE estima USD 37m em recursos adicionais 2015-2018.] Os dados sobre a dotação orçamental foram tirados do *Guia 2015/16 para os Cidadãos sobre o Orçamento Nacional*, Anexo A, República da Libéria, *Orçamento Nacional, Ano Fiscal 2016-17*, Tabela 4.3, disponíveis em <https://www.mfdp.gov.lr/index.php/the-budget>